

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS
DIRETORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços continuados de Controle Sanitário de ambiente, que abrange desinsetização, desratização, descupinização ou algum caso de epidemia oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos, nas dependências da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE M²	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	DESINSETIZAÇÃO , para extermínio de aranhas, escorpiões, baratas, formigas, traças, pulgas, carrapatos e outros insetos rasteiros e voadores: aplicação de isca em gel, pó químico, Método de aplicação: pulverização desalojante e residual e/ou utilização de armadilhas para monitoramento de acordo com infestação local, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009.; Dose: de acordo com as especificações do fabricante. Eficácia: 60 dias	3417	m²	12.688,93		
	2	DESRATIZAÇÃO , para extermínio de ratos. Método de aplicação: pó, iscas seguras com porta isca tipo reservatório fixada no chão com tampa lacrada com chave e placa de colagem, atóxica, para camundongos, de acordo com normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009. Dose: de acordo com as especificações do fabricante Eficácia: 60 dias	3417	m²	12.688,93		
	3	DESCUPINIZAÇÃO , para tratamento de cupins e brocas Método de aplicação: injeção de calda de cupinícida à base de solvente orgânico, barreira química, aplicação de pó químico e monitoramento através de iscas em estações apropriadas, de acordo com infestação local, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009. Dose: de acordo com as especificações do fabricante Eficácia: 90 dias	3417	m²	38.083,50 Por demanda máximo 4 aplicações por ano)		
	4	EPIDEMIAS oriundas de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos Método de aplicação: com aplicação de produto necessário e eficaz ao controle da epidemia, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Dose: de acordo com as especificações do fabricante Eficácia: 60 dias	3417	m²	38.083,50 Por demanda máximo 4 aplicações por ano)		

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estado Técnico Preliminar - REVISADO (SEI nº 24755782).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o seu caráter essencial e permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estado Técnico Preliminar - REVISADO (SEI nº 24755782).

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em típico específico dos Estado Técnico Preliminar - REVISADO (SEI nº 24755782), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I - DFD 14/2022 - PGC 2023 (nº SEI 23812588)
- II - ID PCA no PNCP: 0039494000136-0-000037/2022
- III - Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- IV - ID do item no PCA: 10
- V - Classe/Grupo: 943 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO E SERVIÇOS SIMILARES
- VI - Identificador da Futura Contratação: 200600-41/2021

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estado Técnico Preliminar - REVISADO (SEI nº 24755782), apêndice deste Termo de Referência.

4. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTE

4.1. Em atendimento à Súmula 247 do TCU, os itens foram agrupados em lotes, objetivando **ampliar o universo de licitantes, não gerar prejuízo ao conjunto ou complexo, que será licitado e nem perda de "economia de escala"**. Observa-se o teor da Súmula 247, a seguir:

Súmula nº 247 TCU: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, atendendo às exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade

5.2. Devem ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade, que se basiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

5.2.1. Os procedimentos de aplicação, descarte de vasilhames de produtos para desinsetização e demais ordens de execução do controle de pragas urbanas deverão obedecer ao previsto na Portaria 09 de 16/11/2000 e Resolução ANVISA RDC 52 de 22/10/2009;

5.2.2. A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos no que tange aos produtos que serão utilizados na execução do serviço e às obrigações que terão de ser cumpridas:

5.2.2.1. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

5.2.2.2. Não utilizar produtos que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) éteres difenil-polibromados (PBDEs), bem como não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância *Organofosforado Chlorpyrifos*, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23.08.2004;

5.2.2.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.2.2.4. Acondicionar os produtos preferencialmente em embalagem individual, adequada com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

5.2.2.5. Apresentar descrição detalhada dos produtos que serão utilizados na execução dos serviços, o comprovante do registro do fabricante desses produtos no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e o respectivo Certificado de Regularidade do fabricante no CTF;

5.2.2.6. Os SANEANTES DOMÉSSANITÁRIOS/DESINFESTANTES a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme a Lei federal nº 6.360, de 1976, Decreto nº 8.077, de 2013, RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009;

5.2.2.7. Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

5.2.2.8. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

5.2.2.9. Fornecer mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;

5.2.2.10. Os empregados da Contratada destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital;

5.2.2.11. A Contratada deve fornecer, à Contratante, o comprovante de execução de serviço, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - Nome do cliente;
- II - Endereço do imóvel;
- III - Praga(s) alvo;
- IV - Data de execução dos serviços;
- V - Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- VI - Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VII - Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- VIII - Orientações pertinentes ao serviço executado;
- IX - Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- X - Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;
- XI - Identificação da Contratada com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licença do INEA;
- XII - Do Certificado de garantia deverá constar identificação da Contratada com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

5.2.2.12. A Contratada deverá afixar cartazes informando a realização da desinsetação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença dada pelo órgão estadual/municipal competente.

5.3. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

5.3.1. Ter licença sanitária e ambiental expedida pela autoridade competente (art. 5º do RDC n.º 52/09).

5.3.2. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

5.3.3. Possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro do profissional junto ao respectivo conselho, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;

5.3.4. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3.5. Em até 10 (dez) dias corridos após o início da execução contratual, a empresa deverá entregar ao Fiscal do Contrato um documento com o levantamento de toda a área da Penitenciária, informando sobre as ocorrências de pragas. Esse levantamento deverá ser feito anualmente.

5.3.6. A primeira aplicação deve ser executada em até 05 (cinco) dias corridos, após a entrega do levantamento.

5.3.7. A cada aplicação, deverá ser feita uma análise pela fiscalização e a contratada, sobre os serviços executados e as pragas a serem tratadas, a fim de saber se os produtos utilizados estão adequados e eficazes, no intuito de evitar a repetição da aplicação por falha do produto.

5.3.7.1. **A repetição, tanto por falha na aplicação, quanto na eficácia do produto, não trará ônus à Administração Pública.**

5.3.8. Durante a execução contratual, a Direção da Penitenciária Federal ou o Gestor Contratual poderá NOTIFICAR a empresa prestadora dos serviços a comparecer na Unidade Penal a qualquer tempo com a finalidade de solucionar quaisquer problemas relacionados ao objeto deste Termo de Referência, sem ônus para a Contratante. A empresa deverá atender a solicitação da Contratante em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

5.3.9. Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres humanos.

5.3.10. A Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências das Penitenciárias, em todos os casos, apresentando listagem dos empregados executores dos serviços, com nome, RG e CPF, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias anterior ao acesso a Unidade Federal.

5.3.11. Os empregados da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) durante a prestação de serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas.

5.3.12. Os serviços a serem executados na Penitenciária Federal deverão contemplar o fornecimento de todo material, ferramentas, utensílios e equipamentos, devendo ser realizados em toda área interna e externa da Unidade Federal.

5.3.13. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos.

5.3.13.1. O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações.

Indicação de marcas ou modelos

5.4. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas conforme a lista de materiais e equipamentos constantes no item 5 deste Termo de Referência, de acordo com as justificativas contidas nos Estados Técnicos Preliminares (24755782).

Subcontratação

5.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas na cláusula do contrato.

5.7. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado

da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

5.8. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

Vistoria

5.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

5.10. A realização da vistoria deverá ser previamente agendada através dos seguintes contatos:

<p>Penitenciária Federal em Campo Grande/MS (PFCG) Endereço: Avenida Henrique Bertin, 9813, Jardim Los Angeles, Campo Grande/MS CEP: 79273-785 Responsável pelo recebimento: Chefe do Serviço Administrativo - Telefone: (67) 3378-8309</p>

5.11. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.12. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria e deverá assinar declaração conforme o modelo do Anexo I-B deste Termo de Referência.

5.14. O licitante deverá apresentar à Penitenciária Federal em Campo Grande, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, relação por escrito contendo nome, RG, CPF e comprovante de Residência dos funcionários encarregados de realizar a vistoria. Os documentos solicitados visam aspectos de segurança da Unidade Federal.

5.15. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2. Início da execução do objeto: até 30 dias, contados da assinatura do contrato;

6.2.1. Serviço de DESINSETIZAÇÃO para extermínio de aranhas, baratas, formigas, carapatos, pulgas e percevejos, por meio de borifamento, pulverização ou iscas em postos estratégicos, com desmembra de acordo com as especificações do fabricante, eficácia de 60 dias. **Periodicidade bimestral**, cujas datas serão agendadas pelo gestor do contrato com o preposto com prazo de atendimento não superior a 5 (cinco) dias úteis da oficialização da Contratante.

6.2.2. Serviço de DESRATIZAÇÃO para extermínio de ratos, com aplicação do agente exterminado (pó), colocação de iscas seguras com porta isca tipo reservatório fixada no chão com tampa lacrada com chave e placa de colagem, atóxica, para camundongos, com cobertura de acordo com as especificações do fabricante, eficácia de 60 dias. **Periodicidade bimestral**, cujas datas serão agendadas pelo gestor do contrato com o preposto com prazo de atendimento não superior a 05 (cinco) dias úteis da oficialização da Contratante.

6.2.2.1. Quanto ao serviço de Desratização, a Contratada terá prazo de até 3h para retirada dos roedores mortos das armadilhas e arredores, a contar da comunicação.

6.2.2.2. Proteger com dispositivos próprios as iscas raticidas de intempéries evitando que pessoas ou animais tenham contato com as substâncias químicas empregadas no controle (iscas) instalando PPIs (Pontos Permanentes de Iscagem), na quantidade necessária e suficiente para efetiva ação de controle de roedores, conforme a metragem contratada.

6.2.2.3. O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz e possuir poder fulminante, capaz de matar rapidamente os roedores, não permitindo, a circulação de ratos sob ação do veneno pelas áreas das Penitenciárias.

6.2.3. Serviço de DESCUPINIZAÇÃO para combate a cupins e brocas, com aplicação de injeção de calda de cupinícida a base de solvente orgânico, barreiramento químico, aplicação de pó químico e monitoramento através de iscas em estações apropriadas, com cobertura de acordo com as especificações do fabricante, eficácia de 60 dias. **Periodicidade por Demanda, limitada a 04 (quatro) solicitações anuais**, mediante emissão de ordem de serviço pela Contratante com prazo de atendimento não superior a 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

6.2.4. EPIDEMIAS oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos, com aplicação de produto necessário e eficaz ao controle da epidemia, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária, eficácia 60 dias. **Periodicidade por Demanda, limitada a 04 (quatro) solicitações anuais**, mediante emissão de ordem de serviço pela Contratante com prazo de atendimento não superior a 03 (três) dias contados do recebimento da ordem de serviço pela Contratada.

6.2.4.1. A Contratada deverá executar a captura, acondicionamento, transporte e destinação de animais peçonhentos, tais como cobras, escorpiões e qualquer outro cuja eliminação seja proibida pelas normas ambientais, adotando os procedimentos de segurança necessários à captura e a destinação adequada conforme estabelecido pelos órgãos de controle.

6.2.4.2. Utilizar somente produtos cuja composição básica seja os Polímeros de hidrocarbonetos mono insaturados, ATOXICOS, que não causem danos, doenças ou mesmo a morte das aves, bem como não poderão trazer riscos à saúde das pessoas.

6.2.5. Situações emergenciais: qualquer uma das situações acima em que a infestação ou surgimento de pragas e vetores comprometam as condições sanitárias da instituição, causando risco imediato à saúde ou a segurança das pessoas, mediante chamado da Contratante, o prazo para análise e início da execução do serviço emergencial não poderá ser superior a 4 (quatro) horas a contar do chamado em horário comercial e 6 (seis) horas fora do horário comercial.

6.2.5.1. O horário comercial aqui citado será das 08:00h às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, no local indicado no item 5.12 deste Termo de Referência;

6.3. Os produtos utilizados na prestação dos serviços deverão atender as seguintes determinações:

6.3.1. Os produtos utilizados no controle de vetores e pragas urbanas serão de inteira responsabilidade da Contratada e deverão possuir registro no Ministério da Saúde, ANVISA e/ou órgãos equivalentes exigidos pela legislação vigente.

6.3.2. Para cada produto utilizado, a Contratada deverá fornecer previamente a Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico (FISPQ) ou equivalente e tabela contendo as seguintes informações: nome comum, grupo químico, ação tóxica, antídoto e tratamento, número de Registro no Ministério da Saúde/ANVISA ou órgão equivalente.

6.3.3. Utilizar ao longo das instalações internas e externas solução de inseticida biodegradável, inodoro e de ação residual, regulamentados e aprovados pela ANVISA, com a finalidade de impedir a instalação e proliferação dos insetos e pragas.

6.3.4. Complementar o trabalho com aplicação de substâncias próprias e registradas no Ministério da Saúde e/ou ANVISA nos ambientes internos e externos e seus respectivos compartimentos. Em áreas de vigilância contínua os produtos serão aplicados sem que as pessoas necessitem desocupar o ambiente, exceto em casos extraordinários MEDIANTE AVISO PRÉVIO DA CONTRATADA e com a devida autorização do fiscal/gestor do contrato.

6.3.5. Aplicar os produtos nas superfícies horizontais e verticais, pequenas frestas e fendas; no interior de interruptores e tomadas; sob mesas, balcões, gavetas, gabinetes de pia, caixas de passagem e de esgoto, e onde necessário.

6.4. A Contratada deverá elaborar e apresentar à Contratante um MPOP (Manual de Procedimento Operacional Padronizado), contendo a descrição da forma de execução de todos os serviços contratados, equipamentos e produtos utilizados.

6.4.1. O MPOP deverá ser apresentado à fiscalização do contrato em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, na primeira reunião que será realizada entre a Contratada e a equipe de fiscalização e gestão do contrato e deverá conter o mapeamento dos locais de infestação e dos pontos críticos, com indicação das áreas que necessitam ser atendidas com maior prioridade, e indicação das medidas corretivas e preventivas que necessitam ser adotadas em cada área.

6.5. A Contratada deverá apresentar, imediatamente após a execução de cada serviço, o Laudo Técnico/Certificado anexando a ordem de serviço ou chamado e o comprovante de execução do serviço, conforme Resolução RDC nº 52, da ANVISA, de 22 de outubro de 2009, contendo, além do previsto no artigo 20 da resolução, as seguintes informações: Unidade Administrativa da Penitenciária e número do prédio (e/ou andar e/ou sala, se necessário) onde foram realizados os serviços; área (em m²), discriminação de todos os produtos utilizados, quantitativos e diluição.

6.6. Concluída a desinsetização, a desratização, a descupinização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

6.7. **Não aplicar qualquer substância (exemplo gel) ou instalar iscas em áreas que possibilite o uso indevido por parte dos internos custodiados.**

7. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão prestados no endereço citado no item 5.12 deste Termo de Referência.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

8.1.1. Os produtos químicos utilizados nas aplicações deverão ter, no mínimo, as seguintes características:

8.1.1.1. Ser preparados e apropriados especificamente para cada local, sendo inócuos à saúde humana e não poderão nos locais de aplicação provocar manchas;

8.1.1.2. Ser de boa qualidade, alto alcance de extermínio e que atendam à resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA e demais normas vigentes;

8.1.1.3. Ser antialérgicos, de baixa toxicidade humana e tomarem-se inóculo após 90 (noventa) minutos de aplicação;

8.1.1.4. Estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais normas vigentes;

8.1.1.5. Ser permitidos pela Portaria nº 10/85 e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e que também atendam a Portaria nº 321/97 do citado órgão;

8.2. Sempre que possível, os serviços deverão ser realizados com uso de equipamentos que garantam maior produtividade, padrão de qualidade, e menores impactos à saúde dos prestadores de serviços envolvidos.

8.3. A destatização deverá ser realizada com emprego de raticidas que serão colocados em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano e o produto a ser utilizado deverá ser inodoro, de eficácia comprovada e provocar a morte e o ressecamento do animal, sem deixar odor.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão está descrita de forma minuciosa nos itens 1.1 e 6.1 deste Termo de Referência, os quais detalham os serviços a serem executados, bem como suas periodicidades.

10. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO

10.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é de 90 (noventa) dias, conforme estabelecido no Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.2. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

- 10.2.1. Não causarem manchas;
- 10.2.2. Serem antialérgicos;
- 10.2.3. Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- 10.2.4. Serem de baixa toxicidade humana;
- 10.2.5. Serem incolor e não apresentarem resíduos visíveis;
- 10.2.6. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria 10/85 e suas atualizações de Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde c/c Portaria 321/97;
- 10.2.7. Serem de elevado poder residual e sem efeito de repelência; e
- 10.2.8. Serem de elevada atratividade e palatabilidade.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

11.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

11.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

11.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

11.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sanções, se for o caso;

11.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

11.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

11.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

11.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

11.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Do Recebimento

11.13. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

11.13.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

11.13.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.13.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.13.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

11.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

11.14.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

11.14.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 e o art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.14.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

11.14.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

11.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

11.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

- 11.16.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 11.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 11.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 11.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 11.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 11.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 11.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 11.20.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;
 - o período respectivo de execução do contrato;
 - o valor a pagar; e
 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, renunciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

11.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.27. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

11.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

11.30. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

11.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

11.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.34. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

11.35. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

11.36. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

11.37. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parer nº 491, de 18 de maio de 2020](#).

11.38. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente inócuas todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, juros e prejuízos causados à Administração.

11.39. A cessão de crédito não afetar a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Exigências de Habilitação

12.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

• *Habilitação Jurídica*

12.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DRE/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

12.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

• *Habilitação fiscal, social e trabalhista*

12.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

12.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

12.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.9. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

• **Qualificação Econômico-Financeira.**

12.12. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Segas/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

12.13. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

12.14. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

12.15. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimonial líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

12.16. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

12.17. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º](#)).

• **Qualificação Técnica**

12.18. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

12.18.1. Ter licença sanitária e ambiental expedida pela autoridade competente (art. 5º do RDC n.º 52/09).

12.18.1.1. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

12.18.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.18.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

12.18.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 (dois) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

12.18.2.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

12.18.2.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

12.18.2.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.18.2.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.18.3. Possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro do profissional junto ao respectivo conselho, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC nº 20, de 12 de maio de 2010;

12.18.3.1. Para a aceitabilidade da proposta, a empresa licitante deverá apresentar todos os POP (Procedimentos Operacionais Padronizados), conforme Art. 13 da legislação vigente (RDC nº 52/2009 – ANVISA) abaixo transcrita:

"Art. 13. Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfetantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biosegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente".

12.19. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

12.19.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, §1º, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

12.19.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

12.19.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

12.19.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

12.19.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

12.19.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

12.19.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13. **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. O valor estimado final é de R\$ 37.980,96 (trinta e sete mil novecentos e oitenta reais e noventa e seis centavos).

14. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 200600 - Penitenciária Federal de Campo Grande/MS ;

II - Fonte de Recursos: 1121000149

III - Programa de Trabalho: 216148

IV - Elemento de Despesa: 339039

V - Plano Interno: DP99023PFCG

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ANEXOS

Anexo I-A - Modelo de Proposta

Anexo I-B - Modelo de Declaração de Vistoria

Anexo I-C - Instrumento de Mediação de Resultado

Anexo I-D - Modelo de Termo de Confidencialidade

Anexo I-E - Modelo de Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública

Campo Grande, MS, 06 de julho de 2023.

THIAGO LUIS DE SOUSA AMARAL
Agente Federal de Execução Penal
Serviço de Licitações e Contratos - PFCG

De acordo.

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar - REVISADO (SEI nº 24755782) e o presente Termo de Referência e autorizo o prosseguimento do processo licitatório, bem como a despesa a ser efetuada.

ANEXO I-A

MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO							
Razão Social:							
Endereço:		UF:	CEP:				
Telefone:							
E-mail:							
Nome Completo do Responsável:		CPF:					
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE SUA APRESENTAÇÃO							
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL	ÁREA (m²)	PERIODICIDADE	PREÇO POR APLICAÇÃO (R\$)	TOTAL ANUAL (R\$)
1	1	DESINSETIZAÇÃO , para extermínio de aranhas, escorpiões, baratas, formigas, traças, pulgas e carrapatos e outros insetos rasteiros e voadores. <u>Método de aplicação:</u> aplicação de isca em gel, pó químico, pulverização desalojante e residual e/ou utilização de armadilhas para monitoramento de acordo com infestação local, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009. <u>Dose:</u> de acordo com as especificações do fabricante. <u>Eficácia:</u> 60 dias.	Interna	12.688,93	Bimestral		
	2	DESRATIZAÇÃO , para extermínio de ratos. <u>Método de aplicação:</u> pó, iscas seguras com porta isca tipo reservatório fixada no chão com tampa lacrada com chave e placa de colagem, atóxica, para camundongos, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009. <u>Dose:</u> de acordo com as especificações do fabricante <u>Eficácia:</u> 60 dias	Interna	12.688,93	Bimestral		
	3	DESCUPINIZAÇÃO , tratamento contra cupins e brocas. <u>Método de aplicação:</u> injeção de calda de cupinícida a base de solvente orgânico, barreiramento químico, aplicação de pó químico e monitoramento através de iscas em estações apropriadas, de acordo com infestação local, de acordo com as FL-normas estabelecidas pela ANVISA, inclusive a RDC nº 52 de 22/10/2009. <u>Dose:</u> de acordo com as especificações do fabricante. <u>Eficácia:</u> 60 dias	Interna/Externa	38.083,50	Por demanda máximo 4 aplicações por ano)		
	4	EPIDEMIAS oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos. <u>Método de aplicação:</u> com aplicação de produto necessário e eficaz ao controle da epidemia, de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária. <u>Dose:</u> de acordo com as especificações do fabricante. <u>Eficácia:</u> 60 dias.	Interna/Externa	38.083,50	Por demanda máximo 4 aplicações por ano)		

- a) Os pagamentos deverão ser efetuados no Banco _____ Agência _____ Conta Corrente nº _____
- b) Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor do item cotado que venham a onerar o objeto dessa licitação;
- c) Declaramos que os prazos de prestação dos serviços serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência;
- d) Declaramos que aceitamos acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, de acordo com o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

ANEXO I-B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Controle Sanitário de ambiente, que abrange desinsetização, desratização, descupinização ou algum caso de epidemia oriundo de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência, para execução dos serviços na Penitenciária Federal em Campo Grande, Av. Henrique Bertin 9813, Jardim Los Angeles, Campo Grande / MS.

Comprovamos, para efeito de participação no Pregão Eletrônico, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada em _____, representada pelo Senhor _____, infra-assinado, efetuou, dentro do prazo, vistoria nos locais onde serão prestados os serviços e tomou conhecimento das dificuldades que possam vir a comprometer sua perfeita execução.

_____, _____ de _____ de 2023

Carimbo e assinatura de servidor da PFCG responsável pelo acompanhamento da vistoria

DECLARO que me foi dado acesso às instalações da Penitenciária Federal em Campo Grande, bem como foram esclarecidas todas as questões por mim suscitadas, tendo pleno conhecimento das dificuldades relacionadas à execução dos serviços objeto do Termo de Referência.

_____, _____ de _____ de 2023

Assinatura de representante legal ou procurador da licitante

Observações:

- esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante;
- esta declaração servirá apenas como modelo. O licitante deverá elaborar a sua declaração, contendo todos os dados constantes neste ANEXO I-B

OU

B - DECLARAÇÃO - PLENO CONHECIMENTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, que abrange desinsetização, desratização, descupinização e casos de epidemias oriundas de vetores, invertebrados, artrópodes ou aracnídeos, com emprego de mão de obra nas instalações da Penitenciária Federal em Campo Grande-MS (PFCG), localizada na Av. Henrique Bertin 9813, Jardim Los Angeles, Campo Grande / MS, CEP 19.073-785, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.

Declaro que a empresa _____, sediada à _____, CNPJ N.º _____, telefone _____, não teve interesse em realizar a vistoria nos locais onde serão executados os serviços Objeto do Pregão Eletrônico _____/_____, se responsabilizando por todas as consequências por este ato.

_____, _____ de _____ de 2023.

(Assinatura do representante legal ou procurador)
Nome do representante legal ou procurador
(Número da Carteira de Identidade e CPF)

Observação: Esta declaração dever ser feita preferencialmente em papel timbrado da empresa.

ANEXO I-C

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

DAS INSTRUÇÕES INICIAIS:

01 - AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Permitir a aferição da qualidade do serviço prestado por meio da avaliação dos Servidores (Fiscais)
Meta a cumprir	Nota mínima de 90
Instrumento de medição	Formulário de Avaliação
Forma de Acompanhamento	Compilação dos dados extraídos dos formulários
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Deverão ser somadas as notas lançadas por fiscal responsável pelo respectivo contrato
Início da vigência	A partir da assinatura do contrato
Faixa de ajuste no pagamento	- Faixa 1 - 90 a 100 - 100% do valor mensal - Faixa 2 - 80 a 89 - 95% do valor mensal - Faixa 3 - 70 a 79 - 90% do valor mensal - Faixa 4 - 60 a 69 - 80% do valor mensal
Sanções	- Faixa 4 - penalidade de advertência - 03 meses consecutivos com faixa acima de 2 - penalidade de advertência - 03 meses consecutivos com faixa 4 - multa e rescisão contratual
Observações	

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO:

AVALIAÇÃO REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - CONTRATO /20					
MÊS		DE 20			
DATA		/ /			
NOME DO AVALIADOR					
SETOR AVALIADO					
NOTA A ATRIBUIR:					
A nota deverá se pautar no princípio da proporcionalidade, com prudência e sinceridade, visto que servirá de referência na medida da qualidade dos serviços prestados e posterior pagamento.					
ÓTIMO 90 a 100	BOM 80 a 89	REGULAR 79 a 70	RUIM 0 a 69		
Observações adicionais:					

LISTA DE IMPERFEIÇÕES:

02 - LISTA DE IMPERFEIÇÕES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Avaliar a existência de imperfeições na execução contratual
Meta a cumprir	Pontuação inferior a 05
Instrumento de medição	Formulário de Lista de Imperfeição
Forma de Acompanhamento	Acompanhamento rotineiro dos serviços
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Cada imperfeição corresponde a uma pontuação. Ao findar cada mês, somar-se-á a pontuação
Início da vigência	2º mês do início do contrato
Faixa de ajuste no pagamento	- Faixa 1 - 01 a 05 - 100% do valor mensal - Faixa 2 - 06 a 08 - 95% do valor mensal - Faixa 3 - 09 a 10 - 90% do valor mensal - Faixa 4 - Acima de 10 - 80% do valor mensal
Sanções	- Ocorrência da Faixa 3 - penalidade de advertência - 03 meses consecutivos com faixa 02 ou superior - penalidade de advertência - 03 meses consecutivos com faixa 4 - multa e rescisão contratual
Observações	

PONTUAÇÃO 01

Permitir a presença de profissional sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por profissional	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Não manter a documentação de habilitação atualizada	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Não entregar mensalmente as certidões e no prazo previsto no Termo de Referência	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Não cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência	
Data Ocorrência	Data Ocorrência

PONTUAÇÃO 02

Não efetuar adequadamente a Desinsetização das áreas internas e externas	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Não efetuar adequadamente a Desratização das áreas internas e externas	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Não efetuar adequadamente a Descupinização, quando solicitado pela Contratante	
Data Ocorrência	Data Ocorrência
Manter profissional sem qualificação para executar os serviços contratados	
Data Ocorrência	Data Ocorrência

PONTUAÇÃO 03

Não utilizar produtos de baixa toxidade humana	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Não atender a Contratante em situações emergenciais, no prazo estabelecido nesse TR, em que a infestação ou surgimento de pragas e vetores comprometam as condições sanitárias	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Aplicar qualquer substância (exemplo gel) ou instalar iscas em áreas que possibilite o uso indevido por parte dos internos custodiados	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Não descartar corretamente, as embalagens dos produtos químicos utilizados na execução dos serviços	
Data Ocorrência	Descrição sintética

PONTUAÇÃO 04

Recusar-se a executar serviço determinado pelo gestor/fiscal	
Data Ocorrência	Descrição sintética
Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	
Data Ocorrência	Data Ocorrência
Utilizar produtos não registrados ou não permitidos, conforme RDC Anvisa nº 52/2009 e em outras legislações correlatas	
Data Ocorrência	Data Ocorrência

TOTAL DE PONTOS A RETIRAR

DAS INSTRUÇÕES FINAIS:

Preencher os itens indicando a data da ocorrência e a descrição sintética do fato, devendo atribuir a pontuação ao ocorrido conforme classificação da tabela.
Repassar o total da pontuação para a tabela consolidadora do IMR (Indicador nº 02).

ANEXO I-D
MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Nos termos do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, e da legislação em vigor, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, bem como sobre proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:

- I - tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo Ministério da Justiça e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- II - preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- III - não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito;
- IV - não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo:
 - a) informações classificadas em qualquer grau de sigilo;
 - b) informações relativas aos materiais de acesso restrito do Ministério da Justiça, salvo autorização da autoridade competente.

Nos termos do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, e da legislação em vigor, comprometo-me a manter em sigilo os dados, as informações, os documentos e os materiais sigilosos que, direta ou indiretamente, tiver acesso ou conhecimento.

Campo Grande/MS, _____ de _____ de _____


Assinatura

Nome: _____
Empresa: _____
Cargo ou função: _____
Documento de identidade nº _____ Órgão emissor: _____
CPF: _____


ANEXO I-D

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO:


PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE (PFCG)	ORDEM DE SERVIÇO Nº _____	DATA: ____/____/____
PROCESSO Nº: _____		
DEFINIÇÃO DO SERVIÇO: _____		
CUSTO ESTIMADO: R\$ _____ (_____)		
DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: _____		
LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: _____		
Em cumprimento aos dispositivos previstos em lei e, tendo em vista a assinatura do contrato nº _____, datado de ____/____/____, atendendo às exigências legais para a execução do serviço mencionado, fica notificada a empresa _____, para início dos serviços em _____, tendo o prazo previsto de execução de _____ (____) dias, contados a partir da data suso mencionada, conforme avençado entre as partes interessadas, abaixo assinadas. Seguirá anexo a esta O.S cópia de planilha de materiais, apresentada pela Contratada, durante análise prévia dos serviços. Essa planilha deve constar não ser aceito preços maiores dos que os já informados e, caso não seja utilizado algum material, o valor será descontado.		
SOLICITADO EM: ____/____/2023	RECEBIDO EM: ____/____/2023	
Responsável Fiscal ou Gestor	Responsável Empresa	
Ordenador de Despesas - PFCG		



Documento assinado eletronicamente por THIAGO LUIS DE SOUSA AMARAL, Agente Federal de Execução Penal, em 07/07/2023, às 12:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por BRUNO ARAUJO LOBO, Diretor(a) da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, em 07/07/2023, às 13:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador 24750821 e o código CRC FA77212D
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistema/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.